



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 1

PREGÃO ELETRÔNICO

023-2/2026

90023/2026 - (Compras.gov.br)

REPARTIÇÃO INTERESSADA

Secretaria Municipal de Segurança

OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A,
PARA USO POLICIAL.**

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 736.812,50 (setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - Processo Administrativo nº3530607.422.00003948/2026-38

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio da **Secretaria Municipal de Segurança**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, Decreto Municipal nº 22.144, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A, PARA USO POLICIAL**, enquadrando-se como fornecimento com entrega parcelada de bens comuns, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. Fica vedada a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, bem como a participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que se trata de demanda específica da Prefeitura de Mogi das Cruzes, sendo este o único contratante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes à Administração Municipal, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

2.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

2.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.4. Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 3

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Serão aplicadas nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando a natureza do objeto desta licitação, se aplicam a eles as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 4

básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item **3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 5

3.9. No que concerne aos itens **3.6.2** e **3.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 6

apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens **4.4.1** e **4.4.2** subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item **3.5**.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item **4.4.1** ou no item **4.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “**não**”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens **4.3** e **4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 7

envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Marca, modelo e fabricante

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 8

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata de Registro de Preços.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 9

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 10

segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item **3.5**.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado. (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 11

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 12

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no item **3.6** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.2. A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 13

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **3.5** e **4.4** deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item **7.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item **8**.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 14

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

DAS AMOSTRAS:

7.11. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar **01 (uma) amostra de cada tamanho**, no prazo de **5 (cinco) dias corridos** após a finalização do processo licitatório, a partir da data que for determinada pelo Pregoeiro no chat do Pregão e ficar em posse do Apoio Logístico até a entrega do produto final, para fins de conferência.

7.12. As amostras deverá ser entregue em embalagem lacrada, identificada e acompanhada de comprovante de entrega, preenchido, assinado e datado legalmente em papel oficial da empresa, ficando uma via acompanhando as amostras, no Polo de Segurança da Guarda Civil Municipal, localizado na Av. Lourenço de Souza Franco, 1010 - Jundiapéba – Mogi das Cruzes SP- CEP 08750-560, no horário entre 08:00 e 17:00 horas; telefone para contato (11) 4798-6813.

7.13. As amostras serão analisadas pela equipe técnica da Guarda Civil Municipal, a qual fará a comparação do material com o estabelecido no Termo de Referência e emitirá, em **até 05 (cinco) dias**, um parecer após o julgamento, onde irá constar se o material está classificado ou motivo da desclassificação, se ocorrer. O parecer será assinado pelos responsáveis e enviado para o Departamento de Compras e Licitações que divulgará o resultado para os participantes do pregão.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 15

7.14. A marca das amostras deverá ser a mesma constante de sua proposta. Caso seja omitida alguma das informações exigidas, as amostras não serão recebidas, por impossibilidade de sua associação com o objeto.

7.15. A marca do produto apresentado nas amostras deverá ser a mesma fornecida durante a execução da Ata de Registro de Preços.

7.16. Caberá à Equipe de Apoio decidir quanto à ausência de amostra de marcas já utilizadas e aceitas pela Administração.

7.17. As empresas **desclassificadas** no certame terão o prazo de **10 (dez) dias úteis** para retirada das AMOSTRAS entregues no presente Pregão (podendo ser prorrogado por igual período à pedido da empresa), em local a ser definido pela Administração Municipal.

7.18. Caso a empresa não faça a retirada do material no prazo estipulado acima, possibilitará à Administração Municipal dar destinação ao mesmo, correndo às custas da empresa possíveis gastos com sua destinação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item **8**, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 16

8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 17

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.20. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.21. Comprovação de aptidão da proponente por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a licitante tenha fornecido/prestado serviços similares ao objeto da licitação, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o quantitativo mínimo correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021.

8.21.1. Será aceito somatório de atestados.

8.21.2. Na hipótese de consórcios aplicar-se-ão as regras previstas no art. 67, §10 e §11 da Lei Federal 14.133/2021.

8.21.3. No caso de atestados obtidos em fornecimentos executados em consórcio serão considerados apenas os fornecimentos efetivamente executados pela licitante, comprovados com o termo de constituição do consórcio e/ou dentro de seu percentual de participação no contrato.

8.21.4. O(s) atestado(s) de fornecimento(s) deverá(ão) ser compatível(is) ao objeto.

8.21.5. Não será aceito nota fiscal como atestado.

8.21.6. Declaração comprometendo-se a apresentar, caso seja declarada vencedora, **em até 02 (dois)** dias úteis após o encerramento da sessão pública, os seguintes documentos:

a) Certificado de Conformidade ou Relatório de Avaliação Técnica acompanhado do Relatório



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 18

Técnico Experimental do Produto (ReTEx);

b) Certificado de Homologação dos coletes. Caberá à empresa demonstrar que o colete balístico a ser fornecido possui certificação, de acordo, ao menos, com uma das seguintes normas certificadoras: NIJ 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos (NIJ), ou Norma Técnica SENASP nº 003/2021. Em caso de certificação pela Norma Técnica SENASP nº 003/2021, deverá ser demonstrado o atendimento ao seu item 7.3, subitem “b) Procedimento 2”.

c) Título de Registro ou Certificado de Registro expedido pelo Exército Brasileiro, habilitando empresa a fabricar, comercializar ou importar Produtos Controlados pelo Exército.

d) Todas as características técnicas dos tecidos, aviamentos, costuras, resistência mecânica, composição de fibras, gramatura, abrasão, tração, rasgo, permeabilidade e tratamento antibacteriano deverão ser comprovadas por meio de laudos ou relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado.

e) Os laudos deverão identificar o fabricante, o modelo ensaiado, a norma técnica aplicada, o método utilizado e os resultados obtidos.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.22. Tratando-se de consórcio:

8.22.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 19

os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.22.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.23. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.23.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 20

8.23.9. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.23.10. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item **3**, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.23.10.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.23.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.24. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.25. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que vigente e compatível com o objeto da licitação, devendo o licitante apresentar eventual documentação complementar não contemplada no referido cadastro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.26. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.28. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.29. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.29.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 21

mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.30. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.30.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.31. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.31.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.32. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.32.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.33. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.33.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.33.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.34. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.35. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8.36. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 22

8.37. Se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do item **3.5**.

8.38. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item **15** deste Edital.

8.39. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O Registro de Preços regula-se pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente pelos arts. 82 a 86, com observância das demais normas complementares que regulam a matéria.

9.2. Será assinada Ata de Registro de Preços pelas partes, conforme minuta anexa a este edital, considerando-se como parte integrante da mesma, além das condições deste edital e da proposta e demais normas legais que regem as licitações e contratos administrativos.

9.3. Julgada a licitação, após homologado o resultado da licitação, o(s) licitante(s) mais bem classificados será(ão) notificado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este edital, na presença de duas testemunhas, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.

9.4. Os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, serão divulgados no PNCP e disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item **9**, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item **11** deste Edital.

9.6. A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa para executar o mesmo objeto, desde que esta contratação não implique perda de economia de escala e na forma do art. 49 da Lei 14.133/2021.

9.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.8. O COMPROMISSO DE FORNECIMENTO SÓ ESTARÁ CARACTERIZADO MEDIANTE O RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 23

10. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:

10.1. O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

10.1.1. Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

10.1.2. Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

a) Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP (Internet Protocol);

b) Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;

c) Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;

f) Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

10.2. Para a realização das diligências mencionadas no item **10.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

10.2.1. Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados acima;

10.2.2. Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Portal de Compras Públicas, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

10.3. A identificação de uma ou mais das situações descritas nos subitens **10.1.1** e **10.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 24

10.4. A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

10.5. Ocorrendo a hipótese dos itens **10.3** e **10.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra este Edital, **quando houver**, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item **6** da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 25

prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item **11** e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 26

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas, localizado na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar - Centro Cívico - Prédio Sede da Municipalidade, no horário das 8h00 às 17h00.

13- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1. Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Pelas infrações previstas no **item 13.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 27

III – Impedimento de licitar ou contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

13.2.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **13.1**, observados os seguintes limites máximos:

a) nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

c) Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **13.1** deste edital.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **13.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item **13.2.3** deste edital.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 28

orientações dos órgãos de controle.

13.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

13.5. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico: pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 29

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 30

validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site da Prefeitura (<https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>).

15.13 . Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 -5554 / 4798 -7438.

15.14. Os casos omissos serão dirimidos pelo **Secretário Municipal de Segurança**, com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.15.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

15.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Mogi das Cruzes, em 04 de maio de 2026.

GILBERTO TSUTOMU ITO
Secretário Municipal de Segurança



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 31

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Trata o presente documento de termo de referência conforme disposto no art. 6º, inc. XXIII e art. 40º, §1º da Lei Federal 14.133/21.

1. OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. A e art. 40, § 1º da lei 14.133/21, inc. I)

Este Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de:

Item	CATMAT	Qtde.	Unid.	Especificação	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	1431	250	PÇ	1.15.05.0121-6 COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A PARA USO POLICIAL, TAMANHOS DO P AO GG, conforme Termo de Referência anexo.	R\$ 2.947,25	R\$ 736.812,50

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.2. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATMAT mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do equipamento existente no Edital e seus anexos e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA

2.1. DEFINIÇÕES

2.1.1. Para fins deste Termo de Referência, aplicam-se as seguintes definições, destinadas a uniformizar a interpretação dos requisitos técnicos e evitar ambiguidades.

2.1.2. Colete Balístico Nível III-A: Equipamento de proteção individual destinado à absorção e dissipação da energia cinética de projéteis de arma de fogo, classificado no nível III-A conforme a norma NIJ aplicável, capaz de resistir aos calibres especificados neste Termo de Referência.

2.1.3. Painel Balístico: Conjunto de camadas sobrepostas de material balístico, confeccionado em fibras de aramida, polietileno de ultra-alto peso molecular ou combinação tecnológica equivalente



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 32

entre ambos, responsável pela interrupção do projétil e pela absorção das ondas de choque resultantes do impacto.

2.1.4. Solução Balística: Estrutura interna do painel balístico composta pelas lâminas ou mantas de material de proteção, unidas segundo técnica construtiva própria, excluindo-se capa externa ostensiva, sendo considerada para fins de cálculo de densidade e espessura.

2.1.5. Nível III-A: Classificação de resistência balística prevista na norma NIJ Standard 0101.04 Rev. A ou NIJ Standard 0101.06, correspondente à proteção contra munições de maior energia dentro do escopo de coletes macios (soft armor), abrangendo os calibres e velocidades ali estabelecidos.

2.1.6. Back Face Deformation (BFD): Medida da deformação produzida na face posterior do painel balístico após o impacto do projétil, aferida em material padrão (argila balística ou equivalente), destinada a mensurar o trauma potencial transferido ao usuário. O limite máximo admitido é aquele definido na norma NIJ aplicável.

2.1.7. Invólucro: Revestimento permanente do painel balístico, confeccionado em tecido técnico com impermeabilização, destinado à proteção contra umidade, suor, agentes químicos leves e desgaste mecânico, sem função ostensiva externa.

2.1.8. Área de Proteção: Superfície efetivamente protegida pelo painel balístico frontal ou dorsal, definida por gabaritos dimensionais constantes neste Termo de Referência.

2.1.9. Densidade de Área: Relação entre massa e área do painel balístico, expressa em kg/m^2 , utilizada como parâmetro de controle de peso e desempenho estrutural.

2.1.10. Produto Controlado pelo Exército (PCE): Material sujeito à fiscalização e controle pelo Exército Brasileiro, nos termos da legislação específica, incluindo coletes balísticos e seus componentes.

2.1.11. TR ou CR: Título de Registro ou Certificado de Registro expedido pelo Exército Brasileiro, habilitando empresa a fabricar, comercializar ou importar Produtos Controlados pelo Exército.

2.1.12. ReTEx – Relatório Técnico Experimental: Documento emitido no âmbito do Exército Brasileiro contendo resultados de ensaios técnicos realizados para avaliação de produto controlado.

2.1.13. RAT – Relatório de Avaliação Técnica: Documento técnico complementar que consolida análise de conformidade do produto perante as exigências regulamentares do Exército Brasileiro.

2.1.14. OCD – Organismo de Certificação Designado: Entidade acreditada e autorizada a realizar certificação de conformidade de produto controlado pelo Exército.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 33

2.1.15. EPI – Equipamento de Proteção Individual: Dispositivo ou produto, de uso individual, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador, nos termos da legislação trabalhista vigente.

2.2. DAS NORMAS A SEREM OBSERVADAS

2.2.1. A presente contratação deverá observar integralmente as normas técnicas, regulamentares e legais aplicáveis ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à proteção balística, ao controle de Produtos Controlados pelo Exército, à certificação de Equipamentos de Proteção Individual e à competência técnica dos laboratórios responsáveis pelos ensaios.

2.2.2. Nos termos do artigo 42 da Lei nº 14.133/2021, as especificações técnicas do objeto deverão observar normas técnicas oficiais, nacionais ou internacionais, que assegurem qualidade, desempenho e segurança, sendo vedada a exigência de especificações que não estejam fundamentadas em critérios técnicos objetivos e verificáveis.

2.2.3. No que se refere à resistência balística, os coletes deverão atender à NIJ Standard 0101.04 Rev. A e/ou à NIJ Standard 0101.06, normas emitidas pelo National Institute of Justice (NIJ), que estabelecem critérios de classificação dos níveis de proteção, procedimentos de ensaio, calibres e velocidades de teste, bem como limites máximos de deformação posterior (Back Face Deformation – BFD).

2.2.4. No âmbito do controle nacional de Produtos Controlados pelo Exército, deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), instrumento que disciplina o controle, a fabricação, a comercialização e a circulação de produtos como os coletes balísticos.

2.2.5. Deverão ser observadas as normas expedidas pelo Exército Brasileiro aplicáveis à certificação de coletes balísticos como Produto Controlado pelo Exército, especialmente a Portaria COLOG nº 118, de 4 de outubro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à avaliação técnica, certificação e apostilamento desses produtos, bem como, no que couber, a Portaria nº 18-D LOG, de 19 de dezembro de 2006, ou normas supervenientes que as substituam.

2.2.6. Para fins de conformidade regulatória, deverá ser apresentada documentação comprobatória correspondente ao modelo ofertado, incluindo Relatório Técnico Experimental (ReTeX) ou Relatório de Avaliação Técnica (RAT), Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 34

Designado (OCD), quando aplicável, e o respectivo apostilamento ao Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), conforme regulamentação vigente.

2.2.7. A empresa fornecedora deverá possuir TR ou CR válido para o exercício da atividade relacionada ao produto, em conformidade com o Regulamento de Produtos Controlados, sendo obrigatória a apresentação de ReTex ou RAT correspondente exatamente ao modelo ofertado.

2.2.8. Considerando que o colete balístico se caracteriza como Equipamento de Proteção Individual, deverão ser observadas as disposições da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata das obrigações relativas ao fornecimento, uso e responsabilidade sobre EPI, no que for compatível com o fornecimento à Administração Pública.

2.2.9. Todos os ensaios laboratoriais exigidos neste Termo de Referência deverão ser realizados por laboratórios acreditados conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo de reconhecimento mútuo do ILAC MRA (International Laboratory Accreditation Cooperation – Mutual Recognition Arrangement), garantindo a competência técnica para o escopo do ensaio realizado, a rastreabilidade metrológica e a confiabilidade dos resultados apresentados..

2.2.10. Quanto às características físicas e mecânicas dos tecidos utilizados no invólucro e na solução balística, deverão ser observadas as normas técnicas específicas indicadas nas respectivas seções deste Termo de Referência, incluindo normas da ABNT relativas à gramatura, resistência à tração, resistência ao rasgo e densidade de fios, bem como normas internacionais expressamente indicadas para avaliação de repelência e desempenho do material têxtil.

2.2.11. No que concerne às costuras estruturais, deverão ser observadas boas práticas de engenharia têxtil e critérios técnicos compatíveis com normas de resistência de costura, sendo expressamente vedada qualquer costura ou união estrutural na área útil sujeita a impacto balístico, conforme parâmetros estabelecidos na norma NIJ aplicável.

2.2.12. As normas técnicas referidas neste Termo de Referência deverão ser consideradas em suas versões vigentes à época da apresentação da proposta, admitindo-se atualizações formais que não impliquem redução do nível de proteção ou dos requisitos mínimos de desempenho estabelecidos pela Administração.

2.3. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO OBJETO



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 35

2.3.1. O objeto desta contratação consiste no fornecimento de coletes de proteção balística completos, destinados à proteção individual dos agentes de segurança pública, constituídos por conjunto integrado composto por painéis balísticos frontal, dorsal e respectivos invólucros de proteção acompanhados de uma capa externa porta-painéis.

2.3.2. O colete deverá ser fornecido como sistema único e indissociável, sendo vedada a entrega isolada de componentes, devendo todos os elementos que o compõem ser compatíveis entre si e concebidos para funcionamento conjunto.

2.3.3. O conjunto deverá ser projetado para proporcionar adequada cobertura das áreas vitais do usuário, estabilidade estrutural durante o uso e condições mínimas de conforto e ergonomia compatíveis com atividades operacionais contínuas.

2.3.4. A solução balística empregada deverá ser compatível com o nível de proteção III-A, conforme normas técnicas reconhecidas, cabendo à contratada comprovar a conformidade do produto com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2.3.5. O produto deverá atender às normas expedidas pelo Exército Brasileiro aplicáveis aos Produtos Controlados pelo Exército, bem como às demais regulamentações pertinentes à fabricação, certificação, controle e comercialização de coletes balísticos.

2.3.6. Todos os componentes que integram o colete deverão possuir identificação adequada e permanente, permitindo sua rastreabilidade e vinculação ao fabricante e ao lote de produção, conforme especificações que serão detalhadas nos itens subsequentes deste Termo de Referência.

2.3.7. O conjunto deverá apresentar padrão de acabamento compatível com uso operacional, não sendo admitidas irregularidades construtivas que comprometam sua funcionalidade, segurança ou durabilidade.

2.4. DOS PAINÉIS BALÍSTICOS

2.4.1. Do Nível de Proteção

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 36**

2.4.1.1. Os painéis balísticos deverão oferecer proteção equivalente ao nível III-A, conforme classificação estabelecida na NIJ Standard 0101.04 Rev. A ou NIJ Standard 0101.06, devendo resistir aos projéteis e às ondas de choque resultantes:

Nível	Proteção para:
III-A	Calibre 44 (quarenta e quatro) Magnum SJHP, com velocidade nominal de ensaio conforme NIJ.
	Calibre 9 (nove) mm FMJ RN , com velocidade nominal de ensaio conforme NIJ.

2.4.1.2. A conformidade com o nível de proteção exigido deverá ser comprovada mediante certificação válida e documentação correspondente exigida pelo Exército Brasileiro para Produtos Controlados pelo Exército.

2.4.1.3. A deformação máxima permitida (Back Face Deformation – BFD) deverá observar o limite estabelecido na norma NIJ aplicável, não podendo ultrapassar 44 mm.

2.4.1.4. A deformação posterior máxima (Back Face Deformation – BFD), aferida em material padrão conforme a norma NIJ aplicável, não poderá ultrapassar, em nenhuma das medições individuais realizadas durante o ensaio balístico, o limite máximo de 44 mm.

2.4.1.5. Além do limite individual estabelecido, a média aritmética das deformações obtidas nos disparos realizados para cada tipo de munição testada deverá ser inferior a 44 mm, não sendo admitida média igual ou superior ao valor limite.

2.4.1.6. O laudo técnico apresentado deverá indicar expressamente os valores individuais de BFD aferidos em cada disparo, bem como o valor médio obtido, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

2.4.1.7. A Administração poderá exigir, na fase de análise de amostra ou quando entender necessário, a apresentação dos relatórios completos de ensaio contendo registros fotográficos, identificação dos pontos de impacto e memória de cálculo das deformações medidas.

2.4.2. Da Construção e do Material

2.4.2.1. Os painéis balísticos deverão ser confeccionados em fibras de aramida, polietileno de ultra-alto peso molecular (UHMWPE) ou combinação tecnológica equivalente entre ambos, organizadas em



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 37

camadas superpostas.

2.4.2.2. A estrutura construtiva deverá garantir estabilidade dimensional, absorção eficiente da energia cinética do projétil e dissipação das ondas de choque decorrentes do impacto.

2.4.2.3. Não será admitida costura ou união estrutural na área útil sujeita a disparos balísticos, sendo permitidas apenas fixações periféricas destinadas à estabilização das camadas, desde que posicionadas fora da zona crítica de impacto, conforme parâmetros da norma NIJ aplicável.

2.4.2.4. Não será admitida a utilização de fibras recicladas, reprocessadas ou de segunda linha na composição da solução balística, devendo a contratada comprovar a origem primária da matéria-prima utilizada.

2.4.2.5. A matéria-prima empregada na fabricação dos painéis deverá corresponder àquela descrita na certificação técnica apresentada, sendo vedada a substituição de insumo sem nova avaliação técnica pelo órgão competente.

2.4.2.6. As camadas da solução balística deverão apresentar uniformidade de distribuição e integridade estrutural, não sendo admitidas falhas de sobreposição, delaminação ou descontinuidades que comprometam a área de proteção.

2.4.2.7. O material deverá manter desempenho balístico após os ensaios de condicionamento ambiental previstos na norma NIJ aplicável.

2.4.2.8. Todos os painéis fornecidos em cada lote deverão ser produzidos sob o mesmo processo fabril e especificação de insumo declarada, garantindo-se rastreabilidade integral do lote.

2.4.3. Da Densidade

2.4.3.1. A definição de densidade da solução balística tem por finalidade assegurar equilíbrio técnico entre proteção balística, estabilidade estrutural e ergonomia operacional. Densidades excessivamente elevadas implicam aumento significativo do peso total do colete, comprometendo o conforto do usuário, reduzindo a mobilidade, aumentando a fadiga muscular e podendo impactar negativamente o uso contínuo do equipamento em jornadas prolongadas. Considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos agentes de segurança pública, impõe-se a adoção de parâmetro que limite o sobrepeso, preservando a eficiência operacional e a saúde ocupacional.

2.4.3.2. Em razão dessas premissas técnicas, a densidade de área do painel balístico, considerada a massa do painel com seu invólucro impermeável permanente e excluída a capa externa, deverá ser de no máximo 4,8 kg/m², admitida variação máxima de três por cento para mais ou para menos.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 38

2.4.3.3. A densidade deverá ser comprovada por laudo técnico emitido por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado, devendo o documento indicar expressamente o método de medição adotado, a massa aferida, a área considerada e o resultado final obtido.

2.4.3.4. A densidade declarada e comprovada deverá corresponder ao modelo efetivamente certificado e fornecido, sendo vedada a alteração de matéria-prima ou processo construtivo que implique divergência entre o produto entregue e o laudo apresentado.

2.4.3.5. A Administração poderá realizar verificação amostral no momento do recebimento, mediante pesagem e aferição dimensional, para fins de conferência com a documentação técnica apresentada.

2.4.4. Da Espessura

2.4.4.1. A limitação da espessura da placa balística tem por finalidade assegurar adequada ergonomia, mobilidade operacional e compatibilidade com a capa externa do colete, bem como evitar soluções construtivas excessivamente volumosas que comprometam o conforto do usuário durante o uso contínuo.

2.4.4.2. A espessura máxima de cada placa balística, incluindo seu invólucro impermeável permanente, deverá ser de até 9 mm.

2.4.4.3. Será admitida tolerância máxima de três por cento em relação ao limite estabelecido.

2.4.4.4. A espessura deverá ser comprovada mediante laudo técnico emitido por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado, devendo o documento indicar expressamente o método de medição adotado, os pontos aferidos e o resultado médio obtido.

2.4.4.5. A aferição deverá ser realizada por meio de paquímetro digital calibrado, mediante medição em quatro pontos distintos previamente definidos e distribuídos na área útil da placa, com cálculo da média aritmética simples das medições obtidas, considerando-se a placa posicionada em superfície plana e sem compressão adicional além da pressão natural do instrumento.

2.4.4.6. Caso previsto neste Termo de Referência o procedimento de apresentação de amostra, a Administração poderá realizar a verificação da espessura por ocasião da análise da amostra, para fins de conferência com o laudo técnico apresentado, sendo passível de desclassificação a proposta cujo produto não atenda aos parâmetros estabelecidos.

The technical drawing consists of two views of a vest: a **FRONTAL** view (top) and a **DORSAL** view (bottom).

FRONTAL View Dimensions and Labels:

- Dimensions:** E (Total width), K (Neck opening width), J (Right sleeve length), C (Total height), D (Body height), M (Waist opening width), Q (Total width at waist), and A (Total width at hem).
- Labels:** "R40" (four times) for the notched lapels, "R60" (four times) for the side seam curves, "R50" (four times) for the hem curves, and "Rato N" (four times) for the notched lapel shape.
- Angles:** 65° and 20° are indicated on the left side.

DORSAL View Dimensions and Labels:

- Dimensions:** J (Total width), O (Neck opening width), G (Total height), H (Body height), I (Waist opening width), P (Total width at waist), and F (Total width at hem).
- Labels:** "R40" (two times) for the notched lapels, "R60" (two times) for the side seam curves, "R50" (two times) for the hem curves, and "Rato N" (two times) for the notched lapel shape.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 40

DIMENSÕES FRONTAL E DORSAL (mm)																	
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
P	510	400	340	180	240	480	420	390	180	310	150	70	250	50	150	450	490
M	540	430	370	200	265	510	450	420	200	340	170	80	280	60	170	480	520
G	570	460	400	220	280	540	480	450	220	360	190	90	300	70	190	510	550
GG	600	490	430	240	300	570	510	480	240	380	210	100	325	80	210	540	580

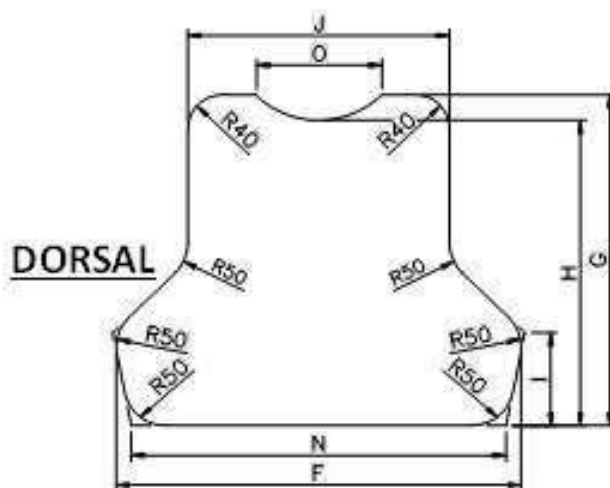
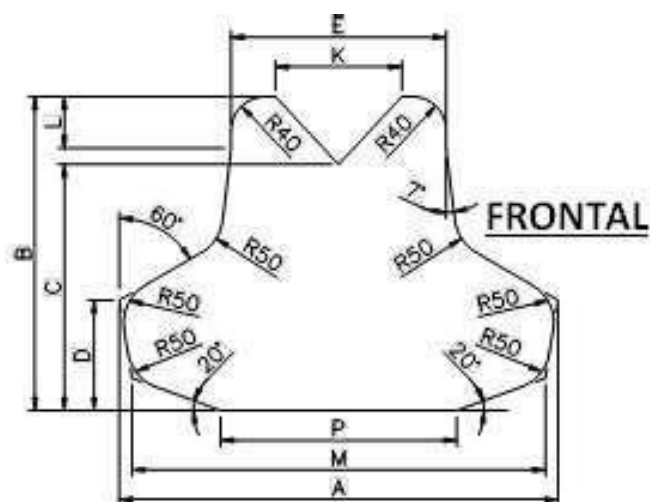
B – Área média de proteção (m²) – Colete Balístico Nível III A - MASCULINO

ÁREA DE PROTEÇÃO (m²)			
TAMANHOS	ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL
P	0,1432	0,1586	0,3018
M	0,1670	0,1840	0,3510
G	0,1901	0,2092	0,3993
GG	0,2159	0,2358	0,4517



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 41

C – Dimensões do Painel Balístico Feminino



DIMENSÕES FRONTAL E DORSAL (mm)																
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
P	490	340	260	120	230	460	360	330	100	290	140	60	470	430	140	250
M	510	370	290	130	255	480	390	360	110	310	150	65	490	450	150	280
G	530	400	320	140	270	500	420	390	120	330	170	70	510	470	170	300
GG	550	440	350	150	290	550	460	430	130	360	190	75	530	520	190	320

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 42****D – Área média de proteção (m²) – Colete Balístico Nível III A – FEMININO**

ÁREA DE PROTEÇÃO (m²)			
TAMANHOS	ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL
P	0,1091	0,1238	0,2329
M	0,1269	0,1416	0,2685
G	0,1435	0,1604	0,3039
GG	0,1726	0,1929	0,3655

2.4.6. Da Etiqueta de Identificação

2.4.6.1. Cada placa balística deverá possuir etiqueta interna permanente, indelével e inviolável, confeccionada em material resistente à fricção, à umidade, ao calor, à ação de agentes químicos comuns e às condições normais de uso operacional, devendo permanecer íntegra durante toda a vida útil do produto.

2.4.6.2. A etiqueta deverá estar afixada de forma definitiva no invólucro impermeável permanente ou integrada estruturalmente ao painel balístico, de modo a impedir sua remoção sem evidência de violação.

2.4.6.3. A etiqueta deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome ou razão social do fabricante;
- b) tamanho;
- c) número de série individual e exclusivo;
- d) número do lote de fabricação;
- e) data de fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) nível de proteção balística / norma técnica aplicada;
- h) identificação do órgão contratante.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 43

2.4.6.4. Todas as informações deverão estar redigidas em língua portuguesa, podendo ser complementadas por idioma estrangeiro, desde que não haja prejuízo à clareza das informações obrigatórias.

2.4.6.5. As informações constantes na etiqueta deverão ser compatíveis com a documentação técnica apresentada no processo licitatório, especialmente laudos, certificações e registros junto ao Exército Brasileiro.

2.4.7. Do Invólucro Impermeável Permanente

2.4.7.1. Cada placa balística deverá ser acondicionada em invólucro impermeável permanente, destinado à proteção integral da solução balística contra umidade, suor, agentes químicos de uso cotidiano, variações térmicas e demais condições ambientais decorrentes do uso operacional.

2.4.7.2. O invólucro deverá ser confeccionado em material polimérico selado, laminado ou tecnologia equivalente, com vedação contínua por processo térmico, solda eletrônica ou método de selagem que assegure estanqueidade, não sendo admitidas costuras simples ou pontos de fragilidade que permitam infiltração de líquidos.

2.4.7.3. O material empregado deverá possuir propriedades hidrorrepelentes e barreira efetiva contra penetração de água e vapor, de modo a impedir absorção hídrica pelas fibras balísticas e preservar o desempenho estrutural ao longo da vida útil do produto.

2.4.7.4. A vedação do invólucro deverá manter sua integridade mesmo após flexões repetidas, manipulação contínua e uso operacional regular, não sendo admitidas delaminações, microfissuras, rupturas ou abertura das selagens.

2.4.7.5. O invólucro impermeável permanente dos painéis balísticos deverá apresentar estanqueidade total, demonstrando ausência de penetração de água para o interior da solução balística quando submetido a ensaio técnico realizado por método reconhecido e rastreável.

2.4.7.6. A eficiência do invólucro impermeável deverá ser comprovada por meio de laudo técnico emitido por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado, devendo o relatório indicar o método de ensaio adotado para avaliação de resistência à penetração de água, permeabilidade ao vapor ou parâmetro técnico equivalente.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 44

2.4.7.7. A Administração poderá verificar, por ocasião da análise de amostra e no recebimento definitivo, a integridade física e a qualidade da selagem do invólucro, inclusive mediante inspeção visual e testes de flexão compatíveis com uso regular.

2.5. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA CAPA EXTERNA

2.5.1. Da Quantidade, Finalidade e Estrutura da Capa

2.5.1.1. Para cada colete balístico fornecido deverá ser entregue 01 (uma) capa externa porta-painéis, confeccionada nos termos deste Termo de Referência.

2.5.1.2. A capa externa constitui elemento integrante e indissociável do sistema de proteção balística, sendo destinada ao acondicionamento seguro e adequado dos painéis balísticos frontal e dorsal, devendo assegurar estabilidade estrutural, correta distribuição de peso, ajuste anatômico ao usuário, ergonomia compatível com uso operacional contínuo e manutenção integral da área útil de proteção.

2.5.1.3. A capa deverá ser compatível com os requisitos aplicáveis a Equipamentos de Proteção Individual – EPI, nos termos da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como observar os princípios técnicos de desempenho, conforto, segurança, resistência mecânica e durabilidade previstos nas normas técnicas aplicáveis ao setor têxtil e de confecção.

2.5.2. Do Tecido Externo

2.5.2.1. O tecido externo da capa porta-painéis deverá ser confeccionado em poliamida 6.6, admitindo-se material tecnicamente equivalente ou superior, desde que comprovada, por documentação técnica e ensaios laboratoriais, equivalência ou superioridade quanto à resistência mecânica, durabilidade e desempenho operacional.

2.5.2.2. O tecido externo da capa porta-painéis deverá atender às normas técnicas aplicáveis à caracterização têxtil e apresentar desempenho mínimo comprovado por laudo emitido por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado, observando-se, no mínimo, os seguintes parâmetros:

2.5.2.2.1. Determinação da densidade de fios, conforme ABNT NBR 10588 ou norma técnica equivalente vigente, devendo o tecido apresentar estrutura compatível com padrão construtivo do tipo



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 45

ripstop ou tecnologia equivalente, assegurando estabilidade dimensional.

2.5.2.2.2. Determinação da gramatura do tecido, conforme ABNT NBR 10591 ou norma técnica equivalente vigente, devendo apresentar gramatura mínima de 200 g/m².

2.5.2.2.3. Determinação da resistência à tração e ao alongamento, conforme ABNT NBR 14552 ou norma técnica equivalente vigente, devendo apresentar resistência mínima de 900 N no sentido da trama e 900 N no sentido do urdume.

2.5.2.2.4. Determinação da resistência ao rasgo, conforme ABNT NBR 14553 ou norma técnica equivalente vigente, devendo apresentar resistência mínima de 40 N em ambos os sentidos.

2.5.2.2.5. Determinação da resistência à abrasão pelo método Martindale, conforme norma técnica reconhecida aplicável, devendo suportar no mínimo 20.000 ciclos sem ruptura do tecido.

2.5.2.2.6. Avaliação da solidez da cor à lavagem, ao suor e à luz, conforme norma técnica reconhecida aplicável, devendo apresentar grau mínimo 3 (escala cinza) para alteração de cor e transferência.

2.5.2.2.7. Avaliação de encolhimento após lavagem, conforme método reconhecido aplicável, não podendo exceder 3% em qualquer direção.

2.5.2.2.8. Avaliação da formação de pilling (bolinhas), conforme método reconhecido aplicável, devendo apresentar grau mínimo 3 em escala padronizada.

2.5.2.2.9. O tecido externo deverá apresentar resistência mecânica compatível com uso operacional ostensivo e contínuo, mantendo integridade estrutural, estabilidade dimensional e aparência adequada ao longo do período de garantia, não sendo admitido material que apresente degradação prematura, ruptura, esgarçamento, desbotamento acentuado ou perda de funcionalidade em condições normais de utilização.

2.5.2.2.10. A cor do tecido externo deverá ser azul-noturno, devendo apresentar uniformidade tonal e estabilidade cromática compatível com uso contínuo.

2.5.3. Do Tecido Interno

2.5.3.1. O tecido interno da capa porta-painéis deverá ser confeccionado em material têxtil que



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 46

favoreça o gerenciamento de umidade e a dissipação térmica, proporcionando conforto ao usuário durante uso contínuo em atividades operacionais, devendo apresentar características que permitam adequada respirabilidade e redução do acúmulo de calor e suor na interface com o corpo.

2.5.3.2. O tecido interno deverá possuir resistência mecânica compatível com o contato direto com o uniforme e com o uso prolongado, não sendo admitida degradação prematura, formação excessiva de pilling ou desgaste acelerado por atrito.

2.5.3.3. O tecido deverá atender, quando aplicável, às normas técnicas correspondentes aos seguintes ensaios:

2.5.3.3.1. Determinação da gramatura, conforme ABNT NBR 10591 ou norma técnica equivalente vigente, devendo o tecido apresentar gramatura mínima de 120 g/m²;

2.5.3.3.2. Determinação da resistência à abrasão pelo método aplicável (ex.: Martindale), devendo suportar no mínimo 10.000 ciclos sem ruptura ou desgaste funcional significativo;

2.5.3.3.3. Determinação qualitativa e quantitativa da composição de fibras, conforme AATCC 20 e AATCC 20A ou normas técnicas equivalentes;

2.5.3.3.4. Determinação da eficácia antibacteriana, conforme AATCC 100 ou norma equivalente, devendo demonstrar redução mínima de 90% da carga bacteriana no período de ensaio.

2.5.4. Dos Aviamentos

2.5.4.1. As linhas de costura empregadas na confecção da capa externa deverão apresentar resistência compatível com o tecido utilizado e com o esforço mecânico decorrente do uso operacional contínuo, não sendo admitida a utilização de fios de baixa resistência ou inadequados à aplicação tática.

2.5.4.2. As linhas deverão atender às normas técnicas aplicáveis à caracterização e resistência de fios têxteis, especialmente quanto ao título e resistência à tração, conforme ABNT NBR 13216 ou norma técnica equivalente vigente.

2.5.4.3. Os sistemas de fechamento do tipo velcro deverão ser confeccionados em poliamida de alta resistência, apropriados para uso tático, devendo manter desempenho funcional durante todo o período de garantia.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 47

2.5.4.4. Os velcros deverão apresentar resistência comprovada a ciclos sucessivos de abertura e fechamento, mediante ensaio técnico específico, não sendo admitida perda prematura de aderência ou desprendimento da base costurada.

2.5.4.5. Os componentes elásticos utilizados nas abas laterais, alças superiores ou sistemas de regulagem deverão possuir composição que assegure elasticidade controlada, estabilidade dimensional e resistência ao desgaste, não sendo admitida deformação permanente ou perda significativa de tensão em condições normais de uso.

2.5.4.6. A conformidade dos aviamentos empregados deverá ser comprovada por documentação técnica ou laudo de ensaio emitido por laboratório competente, quando exigido pela Administração.

2.5.5. Das Costuras

2.5.5.1. As costuras da capa externa deverão ser executadas em padrão industrial de alta resistência, utilizando ponto tipo 301 (ponto fixo) ou equivalente técnico de desempenho comprovado, compatível com o tecido empregado e com as exigências mecânicas decorrentes do uso operacional contínuo.

2.5.5.2. As áreas submetidas a maior esforço mecânico, especialmente ombros, abas laterais, regiões de regulagem e pontos de fixação dos sistemas de fechamento, deverão conter reforço estrutural adicional, mediante costura dupla, retrocesso, travete ou solução técnica equivalente que assegure resistência e estabilidade dimensional.

2.5.5.3. A fixação de velcros, abas laterais e alças superiores deverá obrigatoriamente conter travetes de reforço nas extremidades e pontos críticos de tração, não sendo admitido desprendimento, desfiamento ou falha estrutural durante o uso regular.

2.5.5.4. As costuras deverão apresentar acabamento uniforme, alinhamento regular, ausência de linhas soltas, falhas de ponto, franzimentos indevidos ou defeitos que comprometam a integridade estrutural ou estética do produto.

2.5.5.5. A resistência das costuras poderá ser comprovada mediante ensaio laboratorial específico, quando exigido pela Administração, devendo os testes serem realizados por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 48

2.5.6. Dos Ajustes e Sistema de Regulagem

2.5.6.1. A capa externa deverá possuir sistema de regulagem nos ombros e nas laterais, dimensionado de modo a permitir ajuste anatômico individualizado ao usuário, assegurando correta acomodação dos painéis balísticos sobre as áreas vitais protegidas.

2.5.6.2. O sistema de regulagem deverá possibilitar variação suficiente para adaptação às diferentes compleições físicas correspondentes aos tamanhos especificados, mantendo alinhamento adequado entre painel frontal e dorsal.

2.5.6.3. O mecanismo de fixação e ajuste deverá garantir estabilidade estrutural durante movimentação operacional, incluindo corrida, flexão, agachamento e deslocamentos rápidos, não sendo admitido desprendimento, deslizamento involuntário ou perda de aderência dos elementos de fechamento.

2.5.6.4. O conjunto deverá permitir que o usuário vista e retire o equipamento de forma autônoma, sem necessidade de auxílio de terceiros, preservando simultaneamente a estabilidade do ajuste durante o uso.

2.5.6.5. Não será admitida deformação permanente, afrouxamento precoce ou comprometimento funcional do sistema de regulagem em decorrência do uso normal durante o período de garantia.

2.5.6.6. Configuração da Capa Frontal – Parte Externa

2.5.6.6.1. A capa frontal, em sua parte externa, deverá possuir 2 (dois) ou 3 (três) velcros fêmeas paralelos horizontais, adaptando-se aos tamanhos e modelos dos coletes, posicionados com distanciamento da barra inferior entre 2 (dois) cm e 6 (seis) cm, e aproximadamente 2 (dois) cm de distância das laterais.

2.5.6.6.2. Na parte superior da capa frontal deverão existir 2 (dois) velcros fêmeas verticais, medindo entre 10 (dez) cm e 15 (quinze) cm de comprimento por 5 (cinco) cm de largura, conforme o tamanho do colete, devendo o espaçamento e o dimensionamento dos velcros serem ajustados de acordo com a necessidade funcional e proporcionalidade do tamanho.

2.5.6.6.3. Configuração da Capa Frontal – Parte Interna

2.5.6.6.4. A capa frontal, em sua parte interna, deverá possuir abertura inferior fechada por meio de sistema de velcros macho e fêmea com largura mínima de 1,6 (um inteiro e seis décimos) cm, ao



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 49

longo de toda a sua extensão.

2.5.6.6.5. O velcro fêmea deverá estar voltado para o corpo do usuário, a fim de proporcionar maior conforto e evitar atrito direto com o uniforme ou a pele.

2.5.6.7. Configuração da Capa Dorsal – Parte Externa

2.5.6.7.1. A capa dorsal, em sua parte externa, deverá possuir abas laterais e alças superiores divididas em duas partes estruturais:

I – primeira parte composta por tecido elastizado, medindo entre 10 (dez) cm e 15 (quinze) cm de altura nas abas laterais e aproximadamente 5 (cinco) cm de largura nas alças superiores;

II – segunda parte composta por velcros machos, nas mesmas larguras das abas e alças correspondentes, recobertos pelo mesmo tecido da capa externa, assegurando uniformidade estética e proteção dos componentes.

2.5.6.7.2. A altura total da capa dorsal, bem como o comprimento total das abas laterais, deverá observar as dimensões constantes nas tabelas de gabarito estabelecidas neste Termo de Referência.

2.5.6.7.3. As abas laterais deverão ser costuradas paralelamente à barra do colete, podendo o posicionamento ser ajustado conforme necessidade de adequação ergonômica e dimensional.

2.5.6.8. Configuração da Capa Dorsal – Parte Interna

2.5.6.8.1. A capa dorsal, em sua parte interna, deverá possuir abertura inferior fechada por meio de sistema de velcros macho e fêmea com largura mínima de 1,6 (um inteiro e seis décimos) cm, ao longo de toda a sua extensão.

2.5.6.8.2. O velcro fêmea deverá estar voltado para o corpo do usuário, observando-se o mesmo padrão estabelecido para a parte frontal, garantindo conforto e padronização construtiva.

2.5.7. Dos Tamanhos e Compatibilidade Dimensional

2.5.7.1. A capa externa deverá ser confeccionada no mesmo tamanho dos painéis balísticos especificados neste Termo de Referência, observando rigorosa compatibilidade com os gabaritos dimensionais constantes no item 2.4.5. A, B, C e D, sendo permitida folga máxima de 10 (dez) mm em todo o contorno.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 50

2.5.7.2. Não será admitida a utilização de capa em tamanho diverso daquele correspondente ao painel balístico respectivo.

2.5.7.3. A Administração poderá verificar a compatibilidade dimensional na fase de análise de amostra e no recebimento definitivo.

2.5.8. Das Etiquetas, Identificação Funcional, Brasão Institucional e Sistemas de Fixação

2.5.8.1. A capa externa deverá possuir etiqueta interna permanente, indelével e resistente à fricção, umidade e processos regulares de higienização, confeccionada em material sintético apropriado para uso tático, fixada de forma definitiva à estrutura da peça, não sendo admitida etiqueta removível ou suscetível a desprendimento durante o uso operacional.

2.5.8.2. A etiqueta deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome ou razão social do fabricante;
- b) modelo;
- c) tamanho;
- d) data de fabricação;
- e) instruções de uso, conservação e limpeza;
- f) composição têxtil do material.

2.5.8.3. A rotulagem deverá atender às exigências previstas na regulamentação do CONMETRO aplicável a produtos têxteis, bem como às normas técnicas vigentes quanto à identificação e manutenção.

2.5.8.4. A capa deverá conter, no lado esquerdo da parte frontal, faixa de velcro (lado fêmea) destinada à fixação de tarjeta de identificação nominal do usuário.

2.5.8.5. A faixa de velcro para identificação deverá possuir dimensões compatíveis com o padrão institucional adotado, ser confeccionada em poliamida de alta resistência e estar fixada por costura perimetral reforçada, com travetes nas extremidades, garantindo resistência a ciclos sucessivos de fixação e remoção, sem perda significativa de aderência durante o período de garantia.

2.5.8.6. No lado direito da parte frontal deverá ser aplicado o brasão institucional do órgão contratante, cujo modelo gráfico, dimensões e cores serão definidos pela Administração no momento da



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 51

contratação.

2.5.8.7. O brasão deverá ser aplicado por meio de processo de silkagem (serigrafia) de alta definição com acabamento em alto relevo, observando-se os seguintes requisitos técnicos:

- a) utilização de tinta específica para aplicação têxtil de uso táctico, com elevada resistência à abrasão, fricção e lavagem;
- b) definição nítida de contornos e cores uniformes;
- c) aplicação com espessura controlada para obtenção de relevo perceptível ao toque;
- d) fixação permanente ao tecido, sem descascamento, fissuras ou desbotamento prematuro;
- e) estabilidade cromática compatível com uso ostensivo e lavagens periódicas.

2.5.8.8. Não será admitida aplicação por adesivação simples, transfer de baixa resistência ou técnica que comprometa a durabilidade ou a aparência institucional.

2.5.8.9. A capa deverá possuir sistema de fechamento e regulação nos ombros mediante aplicação de velcro de alta resistência, permitindo ajuste individualizado e garantindo alinhamento adequado entre painel frontal e dorsal.

2.5.8.10. Os velcros da região dos ombros deverão apresentar largura compatível com a área de contato, fixação reforçada por costura estrutural e resistência suficiente para manter estabilidade durante movimentação operacional, inclusive corrida, flexão e agachamento.

2.5.8.11. A capa deverá possuir sistema de regulação lateral por meio de velcro ou solução técnica equivalente, permitindo ajuste de largura conforme biotipo do usuário.

2.5.8.12. Os velcros laterais deverão assegurar sobreposição mínima suficiente para garantir firmeza e estabilidade, não sendo admitido desprendimento involuntário ou perda de aderência em condições normais de uso.

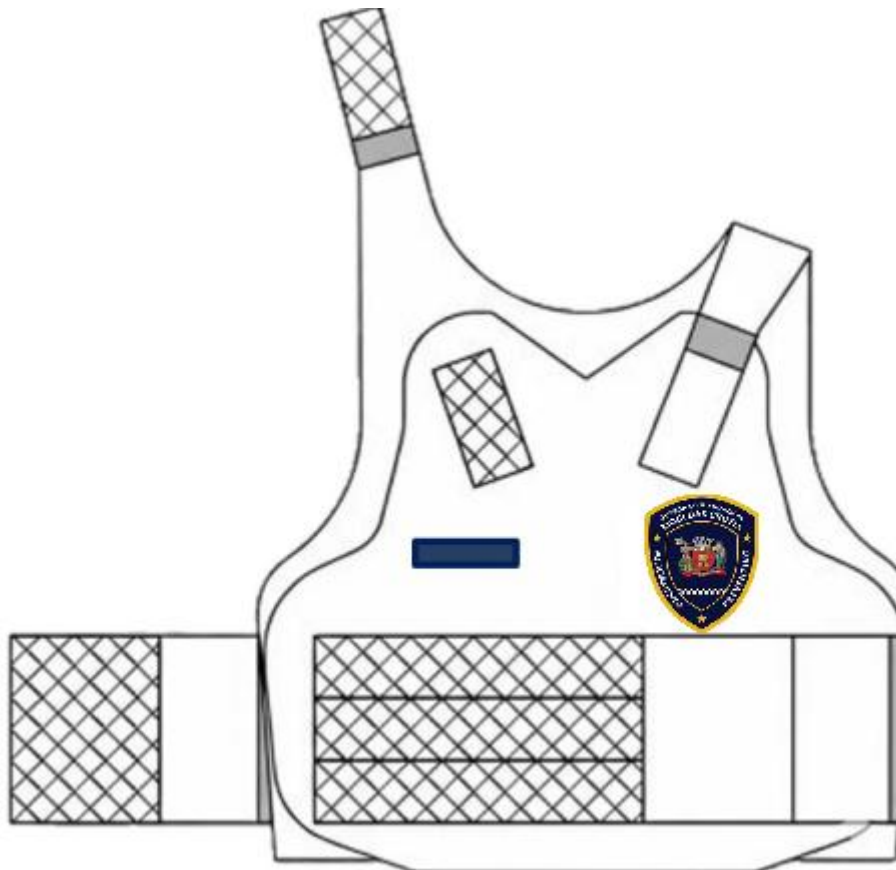
2.5.8.13. Todos os velcros aplicados na capa deverão ser confeccionados em poliamida de alta resistência, compatíveis com uso táctico, mantendo desempenho funcional durante todo o período de garantia.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 52



Desenho exemplificativo do formato da capa externa, velcros de fixação e brasão.

2.5.9. Da Comprovação Técnica

2.5.9.1. Todas as características técnicas dos tecidos, aviamentos, costuras, resistência mecânica, composição de fibras, gramatura, abrasão, tração, rasgo, permeabilidade e tratamento antibacteriano deverão ser comprovadas por meio de laudos ou relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do SBAC/INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo ILAC MRA, com escopo compatível ao ensaio realizado.

2.5.9.2. Os laudos deverão identificar o fabricante, o modelo ensaiado, a norma técnica aplicada, o método utilizado e os resultados obtidos.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 53

2.5.9.3. A Administração poderá realizar verificação complementar na fase de amostra ou recebimento definitivo

2.6. DA GARANTIA E VIDA ÚTIL

2.6.1. Da Vida Útil e Garantia dos painéis balísticos

2.6.1.1. Os painéis balísticos frontal e dorsal deverão possuir vida útil mínima de 06 (seis) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração.

2.6.1.2. A contratada deverá conceder garantia contratual mínima de 06 (seis) anos para os painéis balísticos, igualmente contada a partir da data do recebimento definitivo, assegurando a manutenção integral das características balísticas, estruturais e dimensionais certificadas.

2.6.1.3. A garantia deverá abranger, especialmente:

- a) manutenção do nível de proteção balística certificado;
- b) preservação da estabilidade estrutural das camadas da solução balística;
- c) ausência de delaminação, desfibramento, desagregação interna ou perda de integridade do material;
- d) manutenção dos parâmetros de densidade e espessura declarados;
- e) preservação do desempenho após uso regular, flexões normais e exposição às condições ambientais típicas da atividade operacional.

2.6.1.4. Não será admitida, durante o período de garantia, qualquer perda significativa de desempenho balístico decorrente de degradação natural prematura dos materiais, falha de vedação do invólucro impermeável ou vício de fabricação.

2.6.1.5. A eventual constatação de perda de capacidade estrutural, degradação interna, delaminação ou redução do desempenho balístico dentro do prazo de garantia implicará substituição integral da placa, sem ônus adicional para a Administração.

2.6.2. Da Garantia da Capa Externa

2.6.2.1. A capa externa porta-painéis deverá possuir garantia mínima de 2 (dois) anos, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de costura, rompimento prematuro de aviamentos, perda de funcionalidade do sistema de regulação e desgaste anormal do tecido.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 54

2.6.2.2. A garantia da capa deverá cobrir, ainda, defeitos relacionados à resistência mecânica do tecido, falhas nos velcros, elásticos, ajustes laterais e alças de ombro, desde que decorrentes de uso normal e regular.

2.6.3. Dos Vícios Ocultos

2.6.3.1. Independentemente dos prazos de garantia contratual estabelecidos, a contratada responderá por vícios ocultos que tornem o produto impróprio ou inadequado ao uso a que se destina, nos termos da legislação civil e administrativa aplicável.

2.6.3.2. Constatado vício oculto que comprometa a segurança, a integridade estrutural ou o desempenho balístico do equipamento, a contratada deverá proceder à substituição do produto ou componente defeituoso, sem ônus para a Administração, inclusive quanto a transporte e logística.

2.6.4. Da Substituição e Procedimentos

2.6.4.1. A substituição dos painéis balísticos ou capas em garantia deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da notificação formal da Administração.

2.6.4.2. A eventual análise técnica do produto substituído não poderá retardar a reposição imediata do equipamento ao usuário, quando houver comprometimento da segurança operacional.

3. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, AL. B)

A Guarda Civil Municipal de Mogi das Cruzes, firmada na Secretaria Municipal de Segurança, possui, dentre os seus seguimentos, grupamentos especializados para combate de diversas ocorrências, com o objetivo de promover o patrulhamento tático preventivo, visando que este esteja alinhado às demandas da instituição, em especial às metas estratégicas e às informações estatísticas.

Realiza patrulhamento em áreas de risco e com elevado índice de criminalidade; fornece apoio às demais instituições em ações integradas, com a disponibilização de efetivo especializado; apoia a segurança de autoridades no município de Mogi das Cruzes e apoia a equipe de inteligência, com prontidão para a ação; realiza ações operacionais de cunho preventivo, ostensivo e tático na área de segurança pública; efetua rondas programadas, visando prevenir e reprimir a criminalidade e a violência; integra e participa ativamente, com aparato compatível à constatada indispensabilidade de escalonamento da força e atuação administrativa, em complementação às reiteradas medidas de orientação preventiva e fiscalização, no intuito de assegurar o cumprimento da legislação em vigor, notadamente em áreas de maior recalcitrância, violência e criminalidade atual/potencial, com o



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 55

emprego de todos os mecanismos postos à disposição, para a dispersão pacífica e ordenada dos que ali permanecem.

A Lei Federal nº 13.022/2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais - estabelece princípios de proteção à vida e redução de riscos, legitimando a necessidade de utilização de coletes balísticos quando em exercício da função.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inc. XXIII, AL. C)

No decorrer do ano de 2026, haverá a necessidade de substituição de coletes que estarão com prazo de validade expirado.

Deste modo, a aquisição visa dar condições para que os Guardas Civis Municipais possam desempenhar suas atividades junto à população de Mogi das Cruzes.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

5.1. Para garantir a qualidade dos materiais e padrão de qualidade mínima necessária, para a execução do objeto, deverá ser solicitado no momento da habilitação:

5.1.1. Certidões expedidas para pessoas jurídicas para assegurar a possibilidade de contratação.

5.1.2. Certificado de Conformidade ou Relatório de Avaliação Técnica acompanhado do Relatório Técnico Experimental do Produto (ReTEx);

5.1.3. Certificado de Homologação dos coletes. Caberá à empresa demonstrar que o colete balístico a ser fornecido possui certificação, de acordo, ao menos, com uma das seguintes normas certificadoras: NIJ 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos (NIJ), ou Norma Técnica SENASP nº 003/2021. Em caso de certificação pela Norma Técnica SENASP nº 003/2021, deverá ser demonstrado o atendimento ao seu item 7.3, subitem "b) Procedimento 2".

5.1.4. Título de Registro ou Certificado de Registro expedido pelo Exército Brasileiro, habilitando empresa a fabricar, comercializar ou importar Produtos Controlados pelo Exército.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. E e art. 40, § 1º da lei 14.133/21, inc. II e III)

6.1. Os itens ficarão disponíveis em ata de registro de preços para serem requisitados de acordo com as necessidades da Guarda Civil Municipal.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 56

- 6.2.** O prazo para fornecimento, depois de aprovada a “Solicitação de Compra”, dos itens é de até 30 (trinta) dias úteis contados da data de emissão da “Autorização de Fornecimento”.
- 6.3.** Caso haja atraso na entrega, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com a máxima antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.4.** Os itens deverão ser entregues pelos fornecedores no Polo de Segurança da Guarda Civil Municipal, localizado na Av. Lourenço de Souza Franco, 1010 - Jundiapéba, Mogi das Cruzes/SP, para um dos guardas representantes do Apoio Logístico.
- 6.5.** A fornecedora apresentará os laudos de controle de qualidade e testes laboratoriais realizados com cada lote a ser entregue.
- 6.6.** Do lote fornecido poderá ser retirada, de forma aleatória e a critério da Comissão de Recebimento, até 1 (uma) unidade para fins de inspeção e eventual realização de testes de conformidade destinados à verificação do atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- 6.7.** Os testes poderão ser realizados em todas as unidades selecionadas ou em parte delas, conforme deliberação técnica da Comissão de Recebimento.
- 6.8.** As despesas decorrentes da realização dos testes correrão por conta da Contratada, que deverá substituir, sem qualquer ônus para a Administração, as unidades eventualmente utilizadas para ensaio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação formal.
- 6.9.** O recebimento provisório ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante conferência quantitativa e documental, acompanhada da respectiva nota fiscal.
- 6.10.** O recebimento definitivo será formalizado em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do atendimento integral das especificações técnicas e quantitativas, com emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.11.** Constatadas irregularidades, a Administração poderá rejeitar o objeto no todo ou em parte, determinar sua substituição ou complementação, mantido o preço inicialmente contratado, sem prejuízo das sanções cabíveis.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 57

6.12. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá reapresentar os documentos técnicos essenciais cuja validade regulatória ou certificatória deva permanecer vigente à época do fornecimento, bem como outros documentos que venham a ser expressamente solicitados pela Administração para confirmação da conformidade entre o modelo ofertado e o produto entregue.

6.13. Caso a Comissão de Recebimento, mediante justificativa técnica fundamentada e diante de indícios razoáveis de desconformidade, entenda necessária a realização de ensaio complementar, verificação técnica adicional ou emissão de novo laudo para confirmação da conformidade do produto entregue, tal providência ocorrerá às expensas da Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, devendo o ensaio ser realizado por laboratório com competência técnica compatível com o objeto da verificação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inc. XXIII, AL. F)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Lei 14.133/2021, art. 117, caput);

7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou de materiais nela empregados (Lei 14.133/2021, art. 119);

7.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

7.5. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII, AL. G)



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 58

8.1. Os objetos deverão ser fornecidos de forma integral pelo fornecedor, visando a garantia de maior uniformidade dos produtos.

8.2. Os materiais serão pagos ao fornecedor após o recebimento dos itens e de nota fiscal, no prazo de 30 dias.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inc. XXIII, AL. H)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação - concorrência, com fundamento na Lei Federal 14.133/2021, devendo apresentar o menor preço.

9.2. Serão solicitadas apresentação de amostras, para garantir que o material ofertado atende na íntegra o descritivo constante neste Termo de Referência.

9.3. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar 01 (uma) amostra de cada tamanho, no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a finalização do processo licitatório, a partir da data que for determinada pelo Pregoeiro no chat do Pregão e ficar em posse da Comissão de Licitação - Apoio Logístico até a entrega do produto final, para fins de conferência.

9.4. DOS LAUDOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS COM A PROPOSTA

9.4.1. Da Apresentação dos Laudos Técnicos e Documentos Comprobatórios

9.4.1.1. A comprovação do atendimento às especificações técnicas deste Termo de Referência dar-se-á por meio de laudos técnicos e documentos comprobatórios, observadas as disposições deste item.

9.4.2. Documentação obrigatória a ser apresentada juntamente com a Proposta Técnica (Requisitos Essenciais)

- Deverão ser apresentados obrigatoriamente com a proposta técnica, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos essenciais:

I – Relatório de ensaio balístico ou documentação técnica válida (ReTex ou RAT), comprovando o atendimento ao nível de proteção III-A conforme norma NIJ aplicável;

II – Relatório contendo os valores individuais de Back Face Deformation (BFD) e respectiva média aritmética;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 59

III – Documentação comprobatória da conformidade como Produto Controlado pelo Exército, incluindo ReTex ou RAT correspondente ao modelo ofertado, Certificado de Conformidade emitido por OCD, quando aplicável, e apostilamento ao TR ou CR;

IV – Cópia válida do TR ou CR do fornecedor, compatível com o objeto licitado;

V – Laudo técnico comprobatório da densidade da solução balística;

VI – Laudo técnico comprobatório da espessura da solução balística.

- Parágrafo único. A ausência de qualquer documento essencial ou a não comprovação objetiva de requisito técnico mínimo implicará a desclassificação da proposta.

9.4.3. Documentação técnica complementar (a ser apresentada na fase de amostra ou mediante diligência)

- Os laudos técnicos relativos às características complementares do produto poderão ser apresentados:

I – juntamente com a proposta técnica; ou

II – na fase de análise de amostras; ou

III - mediante diligência formal da Comissão de Licitação. Incluem-se nesse grupo, entre outros:

a) ensaios de tecidos externos e internos (gramatura, tração, rasgo, abrasão, pilling, solidez da cor, encolhimento);

b) ensaios relativos ao invólucro impermeável;

c) ensaios de aviamentos, costuras e sistemas de fixação;

d) comprovação de tratamento antibacteriano;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 60

e) demais ensaios laboratoriais previstos neste Termo de Referência que não se enquadrem como requisitos estruturais essenciais.

9.4.4. Da Correspondência ao Modelo Ofertado

9.4.4.1. Todos os laudos apresentados deverão corresponder ao mesmo modelo comercial ofertado na licitação, devendo conter identificação inequívoca do modelo ensaiado, mediante, no mínimo, a indicação do fabricante, da designação/código do produto (modelo e/ou referência) e da descrição técnica compatível com a proposta, incluindo, quando aplicável, composição de materiais, estrutura construtiva e demais características técnicas relevantes ao ensaio, de modo a permitir a verificação objetiva de correspondência entre o produto ofertado e o produto ensaiado.

9.4.4.2. Não será exigida identidade entre o lote ensaiado e o lote a ser fornecido, desde que comprovada a manutenção integral das mesmas especificações técnicas, matérias-primas e processo produtivo declarados no modelo certificado.

9.4.4.3. Não será admitida apresentação de laudos referentes a produto diverso ou solução balística substancialmente distinta daquela ofertada.

9.4.5. Do Saneamento de Erros Formais

9.4.5.1. Não será admitida complementação documental destinada a suprir a ausência de requisito técnico essencial, de laudo obrigatório previsto como condição de habilitação técnica ou de documento exigido sob pena de desclassificação, nem será permitida qualquer alteração substancial do modelo ofertado ou de suas características técnicas.

9.4.5.2. A Comissão de Licitação poderá, nos termos da legislação aplicável, promover diligência exclusivamente para esclarecimento de informações já constantes da proposta, correção de erro formal, saneamento de impropriedade material ou confirmação de dados previamente apresentados, desde que tal providência não implique inclusão de documento essencial ausente, modificação do conteúdo técnico da proposta ou substituição do modelo originalmente ofertado.

9.4.6. Dos Requisitos de Validade dos Laudos

9.4.6.1. Os laudos de ensaio deverão ser emitidos por laboratórios que comprovem competência técnica para a realização do ensaio correspondente, observando uma das seguintes condições:

I – laboratórios acreditados segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, por organismo de acreditação integrante do sistema do INMETRO ou por organismo estrangeiro signatário do acordo de reconhecimento mútuo do ILAC – International Laboratory Accreditation Cooperation (ILAC MRA), desde que o escopo de acreditação contemple expressamente o ensaio realizado;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 61

II – laboratórios integrantes da Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), vinculada ao INMETRO, com escopo compatível ao ensaio exigido;

III – institutos públicos de pesquisa ou entidades técnicas de reconhecida competência nacional, tais como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), ou congêneres, desde que comprovem habilitação técnica formal para a execução do ensaio correspondente.

9.4.7. Da Vinculação ao Modelo Ofertado

9.4.7.1. Todos os laudos apresentados deverão corresponder exatamente ao modelo ofertado na licitação.

9.4.7.2. Não será admitida substituição de matéria-prima, processo construtivo ou componente estrutural que implique divergência entre o produto entregue e aquele descrito nos laudos apresentados.

9.4.8. Da Conferência Técnica

9.4.8.1. A Comissão de Licitação procederá à análise formal e técnica dos laudos apresentados.

9.4.8.2. A Comissão de Licitação poderá solicitar amostras independentemente da apresentação prévia de todos os documentos complementares, desde que estejam comprovados os requisitos essenciais exigidos com a proposta técnica.

9.4.8.3. A eventual apresentação de laudo ou documentação técnica que não permita comprovar de forma suficiente o requisito analisado poderá ensejar diligência técnica ou solicitação de esclarecimentos pela Administração, antes da adoção de medida de desclassificação.

9.5. As amostras serão analisadas pela Comissão de Licitação da Guarda Civil Municipal, a qual fará a comparação do material com o estabelecido no Termo de Referência e emitirá, em até 05 (cinco) dias corridos, um parecer após o julgamento, onde irá constar se o material está classificado ou motivo da desclassificação, se ocorrer. O parecer será assinado pelos responsáveis e enviado para o Departamento de Compras e Licitações que divulgará o resultado para os participantes do pregão.

9.6. Caso a amostra seja reprovada, a licitante será desclassificada, sendo convocada a segunda colocada, nos termos dos itens anteriores, e assim sucessivamente, para apresentação de amostra.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 62

9.7. As amostras, deverão ser entregues em embalagem lacrada, identificada e acompanhada de comprovante de entrega, preenchido, assinado e datado legalmente em papel oficial da empresa, ficando uma via acompanhando as amostras, no Polo de Segurança da Guarda Civil Municipal, localizado na Av. Lourenço de Souza Franco, 1010 - Jundiapéba – Mogi das Cruzes SP- CEP 08750-560, no horário entre 08:00 e 17:00 horas; telefone para contato (11) 4798-6813.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (art. 6º, inc. XXIII, AL. I)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inc. XXIII, AL. J)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Gestão/Unidade: 02.14.00 – Secretaria de Segurança;

Classificação funcional 06.122.1400.2.130 – Gestão da Política de Segurança;

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

Dotação: 458; Fonte de Recursos: 01 – Próprios.

12. CERTIFICAÇÃO

12.1. Certificamos que este documento atende integralmente os requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º, incisos do § 1º do art. 40, da lei nº 14.133, de 2021.

GILBERTO ITO

Secretário Municipal de Segurança



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 63

ANEXO II

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar
Mogi das Cruzes - São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - PROCESSO PMMC Nº 3530607.422.00003948/2026-38

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A , PARA USO POLICIAL.

PREZADOS SENHORES:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA / MODELO / FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL (R\$)							

(*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATMAT mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do equipamento existente no Edital e seus anexos e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido neste instrumento.

DADOS BANCÁRIOS: _____

DECLARAMOS QUE:

. Em nossos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes no fornecimento, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, estando, portanto, ofertado(s) preço(s) à vista.

. Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 64

vigentes na data de entrega das propostas.

. A entrega dos materiais será efetuada de conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da entrega da proposta.

. Conhecemos as condições do Edital e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Da Empresa:

- Nome e endereço completo
- Filial representante (se houver)
- CNPJ
- Inscrição Estadual
- Telefone(s)
- E-mail

Do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e do Termo de Ciência e Notificação:

- Nome
- Nacionalidade
- Estado Civil
- Cargo
- CPF
- RG (nº e órgão expedidor)
- Data de nascimento
- Endereço residencial completo
- E-mail institucional
- E-mail pessoal
- Telefone(s)

Atenciosamente,

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 65

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026

PROCESSO PMMC Nº 3530607.422.00003948/2026-38

Tipo de Licitação: Menor Preço

Repartição Interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e neste ato referendado pelo Secretário Municipal de Segurança, **GILBERTO TSUTOMU ITO**, portador(a) da CIRG nº e inscrito(a) no CPF/MF nº, portador(a) da CIRG nº e inscrito(a) no CPF/MF nº, em face do resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 023-2/2026**, objeto do procedimento administrativo nº 3530607.422.00003948/2026-38, regularmente homologado pela autoridade competente, resolve registrar os preços para o **FORNECIMENTO DE COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A , PARA USO POLICIAL**, destinado à Secretaria Municipal de Segurança, oferecido pela empresa, estabelecida na, Inscrição Estadual nº., neste ato representada por, inscrito no C.P.F/MF. sob nº. e portador da Cédula de Identidade R.G. nº., observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 - Constitui objeto deste instrumento, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A , PARA USO POLICIAL**, tudo na forma e especificações abaixo e demais elementos que compõe o Processo Administrativo nº 3530607.422.00003948/2026-38, o qual, doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, com suas alterações posteriores, Decreto Municipal 22.144 de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal 22.435 de 3 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal 22.449 de 11 de janeiro de 2024), conforme especificações a seguir:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO / FABRICANTE	VALOR UNIT. (R\$)
------	------	-------	---------------	-----------------------------------	----------------------

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 66

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO / FABRICANTE	VALOR UNIT. (R\$)

O valor total da presente Ata de Registro de Preços é R\$ xxxxxxxxxxxx (valor por extenso).

1.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO:

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

2.2 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3 - Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.4 - A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº **023/2026**, seus anexos, e sua proposta em todos os seus termos.

2.5 - As quantidades estimadas não obrigam a Administração ao seu consumo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, FORNECIMENTO E EXECUÇÃO:

3.1. A empresa vencedora deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do Edital, garantindo a substituição imediata dos materiais, sem qualquer ônus para a Prefeitura, caso esteja em desacordo.

3.2. Mesmo na vigência do Registro de Preços a Prefeitura poderá promover, a seu critério, outros certames licitatórios para os mesmos materiais, desde que seja de interesse público.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 67

3.3. Local de entrega: Os itens deverão ser entregues no Polo de Segurança da Guarda Civil Municipal, localizado na Av. Lourenço de Souza Franco, 1010 - Jundiapéba, Mogi das Cruzes/SP, para um dos guardas representantes do Apoio Logístico.

3.3.1. A fornecedora apresentará os laudos de controle de qualidade e testes laboratoriais realizados com o lote a ser entregue.

3.3.2. Do lote fornecido poderá ser retirada, de forma aleatória e a critério da Comissão de Recebimento, até 1 (uma) unidade para fins de inspeção e eventual realização de testes de conformidade destinados à verificação do atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

3.3.3. Os testes poderão ser realizados em todas as unidades selecionadas ou em parte delas, conforme deliberação técnica da Comissão de Recebimento.

3.3.4. As despesas decorrentes da realização dos testes correrão por conta da Contratada, que deverá substituir, sem qualquer ônus para a Administração, as unidades eventualmente utilizadas para ensaio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação formal.

3.3.5. O recebimento provisório ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante conferência quantitativa e documental, acompanhada da respectiva nota fiscal.

3.3.6. O recebimento definitivo será formalizado em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do atendimento integral das especificações técnicas e quantitativas, com emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.4. O prazo de entrega, depois de aprovada a “Solicitação de Compra”, dos itens é de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de emissão da “Autorização de Fornecimento”.

3.5. A carga, transporte e descarga são de responsabilidade da contratada/fornecedor.

3.6. Caberá ao Polo de Segurança da Guarda Civil Municipal com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceito dos materiais conforme as especificações do edital.

3.7. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 68

corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados.

3.8. Os materiais rejeitados deverão ser retirados do local de sua entrega imediatamente após o recebimento da notificação escrita do órgão da Prefeitura, correndo todos os custos pela empresa CONTRATADA.

3.9. Qualquer dano causado no equipamento no momento da entrega seja por imperícia, descuido, acidente ou falta de condição técnica é de inteira responsabilidade do contratado a imediata substituição bem como os custos gerados em razão do ocorrido quando houver;

3.10. Os materiais serão requisitados parceladamente de acordo com a necessidade desta Administração, mediante Autorização de Fornecimento, devidamente assinada por responsável da CONTRATANTE, onde será indicada a quantidade e local de recebimento.

3.11. A empresa deverá apresentar: responsável pelo recebimento dos pedidos a serem enviados pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, endereço, telefone e e-mail para contato, devendo manter estes dados atualizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.12. Não serão recebidos os materiais cujo acondicionamento original apresentar sinais de violação.

3.13. A marca do equipamento cotado não poderá ser substituída no decorrer do contrato sem a solicitação prévia da Contratada e autorização desta Prefeitura, mesmo que seja por equipamento de qualidade equivalente.

3.13.1. - No caso de ser inevitável a solicitação de troca de marca, a empresa deverá enviar o pedido por ofício ao Departamento de Compras e Licitações antes do vencimento da entrega, e aguardar o parecer.

3.14. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.15. Em caso de troca dos materiais, todos os custos de armazenagem que incluem carga, descarga e movimentação de estoques relativos ao período, deverão ser pagos pelo fornecedor, conforme Guia de Recolhimento a ser emitida pela Divisão de Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças - SMF.

3.16. A empresa deve manter, durante toda a execução da Ata, em



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 69

compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei 14.133/21.

3.17 - Demais exigências de entrega se encontram no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 023-2/2026.

3.18. A empresa que descumprir tais exigências será penalizada, nos termos da cláusula sexta desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até **30 (trinta) dias** após a entrega e aceitação dos materiais, com o devido ateste de recebimento dos equipamentos.

4.2 - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa para que providencie a sua correção. Neste caso, o prazo para pagamento terá sua contagem inicializada somente após a apresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida e aprovada pela Administração.

4.3 - Atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, caso seja necessária, ocorrerá pelo IPCA.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

5.1 - Nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a vigência do registro de preços superar o prazo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido o reajuste de preços.

5.1.1 - O reajuste será baseado no IPCA, ou outro índice oficial que o substitua.

5.1.2 - O percentual do índice a ser aplicado no reajuste será o apurado após o 12º mês da data do orçamento estimado, nos termos da Lei Federal 10.192/2001.

5.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor do registro de preços, mediante requerimento comprovando a existência de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, o Município poderá adotar uma ou mais, simultaneamente, das seguintes opções:

5.2.1 - Atualizar os preços registrados, de acordo com a realidade do



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 70

mercado.

5.2.2 - Convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

5.3 - Na hipótese de não comprovação de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela autoridade competente e a detentora deverá cumprir com as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

5.4 - Eventual pedido de realinhamento de preços não suspende o fornecimento dos materiais cujas Autorizações de Fornecimento já tenham sido encaminhadas ao fornecedor.

5.5 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:

6.1 - Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços;

II - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total Ata de Registro de Preços;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 71

certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução Ata de Registro de Preços;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução Ata de Registro de Preços;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2 - Pelas infrações previstas no item **6.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar ou contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.1 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial Ata de Registro de Preços;

6.2.2 - A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **6.1**, observados os seguintes limites máximos:

a) Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

c) Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

6.2.3 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **6.1**.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 72

6.2.4 - A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **6.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item **6.2.3** desta Ata.

6.3 – Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 – A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

6.5 – As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

6.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

7.1 - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1.1 - A empresa deverá receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas na Ata;

7.1.2 - A empresa receberá o atesto pelo recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 73

7.1.3 - A empresa receberá formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do registro de preços, até para que a empresa possa proceder às correções cabíveis;

7.1.4 - A empresa receberá o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento;

7.1.5 - A empresa cumprirá fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os materiais licitados no prazo, em local e horário indicados;

7.1.6 - A empresa arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

7.1.7 - A empresa será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o objeto desta Licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Contratante;

7.1.8 - A detentora da Ata prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;

7.1.9 - A detentora da Ata comunicará a à Administração por escrito quando por problemas técnicos os prazos citados no contrato não puderem ser cumpridos, cabendo a este Poder aceitar ou rejeitar as justificativas;

7.1.10. No que for pertinente, a empresa deverá se ater as disposições da Lei Federal 13.709/18 - LGPD - quanto a proteção dos dados tanto da Prefeitura quanto dos beneficiários.

7.1.11- A empresa compromete-se a manter, durante toda a execução da



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 74

Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas.

7.2. OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE:

7.2.1 - Caberá à Administração Municipal por meio do seu órgão Competente:

7.2.1.1 - Receber o material de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e nos seus anexos;

7.2.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.2.1.3 - Comunicar à empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2.1.5 - Efetuar o pagamento à detentora da Ata no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2.1.6 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

7.2.1.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora da Ata com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:

8.1 - A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para tal pela Administração;

8.2 - A Fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos realizados, se em desacordo com o Termo de Referência;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 75

8.3 - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, caberá:

8.3.1 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata ou contrato decorrente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.3.2 - Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição dos materiais, encaminhando-a ao setor responsável para pagamento;

8.3.3 - Emitir pareceres (ou documentos equivalentes) em todos os atos relativos à execução dos fornecimentos, em especial no tocante à eventual aplicação de sanções;

8.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

8.5 - Os fornecimentos deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

8.6 - A detentora da ata será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7 - O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

8.8 - Somente o detentor da ata de registro de preços será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

8.9 - A inadimplência da detentora da Ata em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a detentora da Ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 76

excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.11 – A Atuação do Gestor da Ata deverá ser conforme os art. 20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

8.12 - A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade do servidor: xxxxxx

CLÁUSULA NONA – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL

9.1 - A empresa ficará obrigada a executar os fornecimentos indicados pela **Secretaria Municipal de Segurança**, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxx.

9.2 - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

9.3 - Compete ao fiscal:

9.3.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor da Ata de Registro de Preços, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

9.3.2 - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando prazo para a correção;

9.3.3. Informar ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.3.4. Comunicar imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

9.3.5. Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/24.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESERVA DE CARGOS:

10.1 - A detentora da Ata deverá cumprir com a reserva de cargos



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 77

prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTICORRUPÇÃO:

11.1 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 - O Município de Mogi das Cruzes poderá, a qualquer tempo, cancelar o Registro de Preços, no interesse público, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie, em especial quando os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, ou pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do presente instrumento, observadas as disposições legais pertinentes;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por Recursos Próprios, sendo que na expedição da Nota de Empenho, ou documento equivalente, serão informadas as fichas orçamentárias e os respectivos vínculos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO:

14.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes - SP como seu domicílio legal, para qualquer procedimento decorrente do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 1 (uma) via, digitada apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando com a Administração, tudo na presença das duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais (acesso público pelo site www.mogidascruzes.sp.gov.br). Lavrado e registrado, nesta data, na Secretaria de Governo e Transparência.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 78

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, em de de 2026.

GILBERTO TSUTOMU ITO

Secretário Municipal de Segurança

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 79

**ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com **preços iguais aos do adjudicatário**:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Quantidade Estimada	Unidade	Marca / Modelo / Fabricante	Valor Unitário (R\$)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Quantidade Estimada	Unidade	Marca / Modelo / Fabricante	Valor Unitário (R\$)



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 80

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 81

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023-2/2026 - FLS. Nº 82

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: _____

CNPJ Nº _____

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

MOGI DAS CRUZES, em ... de de 2026.

GILBERTO TSUTOMU ITO

Secretário Municipal de Segurança